

## Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Brasília (DF)

Data: 18/09/2025

Local da realização da atividade: Auditório Iphan SEDE

Relator (es): Simone Kimura e Ivana Cavalcante

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

[snpc@iphan.gov.br](mailto:snpc@iphan.gov.br)

| <p>Pergunta geradora:</p> <p>Quais os principais desafios e quais são as ações possíveis para se garantir a valorização perene do patrimônio cultural quilombola? Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada</p> <p><b>Perguntas geradoras:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Quais os principais desafios para a construção da gestão participativa e compartilhada da política de patrimônio cultural junto às comunidades quilombolas?</li><li>2. Como melhorar a atuação conjunta e compartilhar a responsabilidade pela preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Quilombola entre órgãos federais, estaduais e municipais?</li></ol> |  |
|--|--|
| Desafios   | Oportunidades  |
|  | Aproximação entre patrimônio cultural, território e patrimônio ambiental. Prever o diálogo com os órgãos que lidam com a preservação ambiental.                                |
|  | Estabelecer redes com as entidades representativas do movimento quilombola, a partir do território, desde as representações comunitárias, locais, regionais, até as nacionais. |
|  | Agregar as universidades que possuem ações e programas que envolvem comunidades quilombolas  |
|  | Considerar os conselhos estaduais de igualdade racial para parcerias   |
| O Iphan não tem uma instância ou estrutura específica para a preservação do patrimônio quilombola, necessários para estruturar a política na instituição e gerar replicação em estados e municípios  | Criar uma estrutura interna ao Iphan para o tombamento dos quilombos, bem como criação de fundos específicos para essa política  |

|  |  |
|--|--|
|  | Fazer escutas nos territórios, a partir das indicações das comunidades. Não dá para estabelecer modelos para aproximar e escutar as comunidades, pois existem muitas particularidades locais. Trabalhar com as associações locais para trazer segurança jurídica e legitimidade aos processos. |
|  | Investir para que as comunidades se sintam parte dos processos, com mídias e garantindo a visibilidade   |
| Editais voltados para pesquisadores e não para as comunidades                                      | Fazer escutas nos territórios, a partir das indicações das comunidades. Não dá para estabelecer modelos para aproximar e escutar as comunidades, pois existem muitas particularidades locais. Trabalhar com as associações locais para trazer segurança jurídica e legitimidade aos processos. |
|  | Investir para que as comunidades se sintam parte dos processos, com mídias e garantindo a visibilidade   |
| Exigências dos editais que as comunidades não alcançam , como documentos de titularidade de terras |  |
|  | Capilarizar o fomento às manifestações que são compartilhadas por estados e municípios, de forma que os incentivos possam se escalonar às comunidades espalhadas pelo Brasil   |
|  | Existência de Núcleo de enfrentamento ao racismo e núcleo de proteção ao patrimônio cultural no MP PE  |
|  | Estabelecer uma coordenação no Iphan para coordenar essa política junto aos estados e municípios   |
|  | Articulação com o CNJ e com o MP, que possuem instrumentos vinculados ao patrimônio cultural, quilombola e tradicional   |

|   |   |
|---|---|
|   | Atenção aos elementos culturais das comunidades que merecem ser protegidos  |
| <p>Políticas de cultura com os quilombolas, com o Iphan presente em todos os municípios (Pará).</p> <p>Fortalecimento do Iphan para trabalhar em outras perspectivas, especialmente com a população quilombola.</p> |   |
| Grandes empreendimentos em territórios quilombolas. As políticas públicas não atravessam os lugares sagrados na Amazônia no que diz respeito aos licenciamentos.  |   |
| Impasses de grandes empreendimentos que limitam os territórios  |   |
|   | O iphan precisa estar presente nas comunidades, para ouvir e levar as demandas. As comunidades querem saber onde levar suas demandas.   |
| Comunidades com litígio com o DNIT. Compensações e reparações como geração de renda para as comunidades.  | As comunidades são as mais interessadas numa economia solidária e na geração de renda e compensações para as comunidades  |
|   | Instituir reparações diretas às comunidades, nos casos dos empreendimentos  |
|   | DNIT como parte das soluções de reparação.  |
| Problema da chegada dos empreendimentos às Comunidades. Exemplo das eólicas   | Estratégia de articular as redes que defendem a comunidade. Mostrar e valorizar a cultura é uma forma de se defender. No momento da festa, o quilombo se reúne para se defender |
|   |   |

|  |  |
|--|--|
|  |  |
| <p>Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização</p> <p><b>Pergunta geradora:</b></p> <p>Quais os principais desafios e quais são as ações possíveis para se garantir a valorização perene do patrimônio cultural quilombola?</p> |  |
| <b>Desafios</b>  | <b>Oportunidades</b>   |
|  | Pensar em estratégias de visibilidade das comunidades, como agentes culturais e colocação nas rotas de turismo. Provisão de recursos para a preservação e divulgação do patrimônios que as comunidades fazem           |
|  | Trabalhar na perspectiva da educação: construção de material didático para utilização nas escolas e comunidades; e especificação de currículos escolares quilombolas   |
|  | Os documentos de que trata a Portaria de tombamento serem incorporados nos planos educacionais quilombolas   |
|  | Fazer conexões das comunidades com os bens que já são reconhecidos, estendendo reconhecimentos e ações de salvaguarda às comunidades, considerando os bens do patrimônio imaterial registrados e os bens arqueológicos |
| São poucas escolas quilombolas em território quilombola, ampliar essas escolas   | Fazer o planejamento junto às escolas quilombolas  |
|  | Pensar ações em conexão das secretarias de cultura e igualdade racial para a preservação do patrimônio cultural quilombola   |
|  | Conexão das políticas de igualdade racial e de educação  |
|  | lphan prover para as comunidades os diversos mecanismos que possui para  |

|  |   |
|--|---|
|  | promover o patrimônio quilombola, como a realização de inventários pelas próprias comunidades, que elas possam autodefinir seus registros   |
|  | Instituir um comitê de quilombos no Iphan, para que as políticas surjam do chão do território das comunidades   |
|  | Projeto do afro turismo gaúcho, em que o fórum das comunidades quilombolas do litoral participam para dialogar e construir um roteiro de afroturismo no RS ( proj. Piloto com a Comunidade do Morro Alto) |
|  | Formações com quilombolas no território para o empoderamento das comunidades e entendimento da potencialidade da cultura quilombola   |
|  | Facilitação para acesso aos editais e fomento das culturas quilombolas  |
|  | Implementação de projetos através de emendas ( Banda marcial quilombola, aulas de música, capoeira)   |
|  | Promoção de políticas educacionais nas comunidades, como forma de acesso às famílias  |
|  | Divulgação das pesquisas às comunidades ( Portaria 135)   |
|  | O IPHAN comunicar os resultados das pesquisas às secretarias de cultura, as escolas e às instituições locais, no entorno das comunidades repercute muito localmente                                       |
|  | Resistência das comunidades aos empreendimentos, com a perpetuação do patrimônio cultural   |
|  | Levar as manifestações culturais às escolas, como empoderamento e transmissão geracional  |
|  | Boa prática: INRC do Quilombo da Liberdade que deu base para o turismo de base comunitária e rotas culturais  |

|  |   |
|--|---|
|  | Importância da organização dos movimentos sociais e colaboração das universidades na construção das peças técnicas para o reconhecimento e o acesso à várias políticas públicas |
| Dificuldade das comunidades para acessar as políticas públicas   | Incentivar oficinas de formação às comunidades e diálogo com as universidades para auxilia-las nos processos  |
|  | Fortalecimento das afrotercas ( Santarém, Oriximiná, Óbidos. Difusão de experiências que atuam no combate ao racismo  |
|  | Importância da portaria 135 no auxílio ao reconhecimento das titularidades dos territórios quilombolas, que antecipa o reconhecimento fundiário                                 |
|  | Fortalecer o Iphan e a Fundação Cultural Palmares para atuar junto às comunidades quilombolas   |
|  | Expansão das afrotercas como uma política pública para todo o país . Difundir a tecnologia para outros estados.   |
|  | Formação de professores para o patrimônio cultural quilombola local   |
|  |   |
|  |   |
|  |   |
| Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade |   |
| <b>Perguntas geradoras:</b>  |   |
| 1. Quais os principais desafios para a geração de renda a partir do patrimônio cultural quilombola?              |   |
| 2. Como promover a sustentabilidade econômica das comunidades quilombolas a partir dos seus bens culturais?      |   |
| Desafios   | Oportunidades   |

|  |   |
|--|---|
|  | Estimular o fórum entre MP, secretarias de cultura para pensar formas de financiamento menos competitivas e inclusivas  |
| Editais provocando disputas  | Articulação institucional para pensar bolsas do patrimônio Vivo, os editais terem critérios voltados para os mestres quilombolas.   |
| Os formulários e modelos de editais são inadequados. Dificuldade em montar os portfólios.                                  | Prever formas de democratização de editais para que possam ser acessados  |
| Repartição de recursos na perspectiva de geração de renda.   | Catologação do patrimônio cultural para se pensar num ordenamento do processo de geração de renda para a comunidade   |
|  | Cinema como possibilidade de preservação cultural e de geração de renda   |
| Editais muito vinculados às realidades das cidades.  | Desburocratizar os processos quando se tratam de pop. Quilombolas e tradicionais, considerando as dificuldades de acesso.   |
|  | Pensar junto às comunidades a circulação do que é produzido ( gastronomia, biojóias, cerâmicas), como ativos para geração de renda . Pensar em rotas culturais  |
|  | Inventário de ofícios tradicionais das comunidades quilombolas de Oriximiná. Registros valorizam os saberes e possibilitam pensar criação de selos, instrumentos de propriedade para possibilitar a geração de renda. |
|  | Pensar políticas a partir do reconhecimento dos ofícios, inspirados em políticas como o defeso  |
| Falta de acesso ( luz, internet, transporte) que dificultam o acesso aos editais e a circulação dos produtos da comunidade |   |
|  | O reconhecimento da Palmares ser validado para facilitar os acessos, como a questão dos endereços   |

|   |  |
|---|--|
|   | Somar com instituições além do Iphan.<br>Pensar na lógica transversal, pensando no território  |
| Tradição de política desenvolvimentista no Brasil. Desgaste de conversar com os atores dessas políticas. São essas políticas que atingem os territórios onde os patrimônios acontecem |  |
| COP mantendo as discrepâncias sociais da cidade, que privilegiou espaços elitizados   |  |
|   | Editais que estabeleçam declarações alternativas de endereço   |
|   | Capacitação das comunidades é anterior aos editais   |
| Vários tipos de organização social se autodeclarando como quilombolas   |  |
| Receio de exposição das comunidades , com a participação nos editais e nas políticas  |  |
| O fomento vai sempre para as mesmas comunidades, pois vários atores não conseguem participar  | Criar critérios que permitam a entrada das comunidades detentoras nos editais e acesso às políticas  |
|   | O Quintal e a forma de viver é fundamental para o fortalecimento da comunidade. As formas de preservação se dão no território.                         |
|   | Políticas para empregabilidade dos anciãos, cuidados da infância, cuidados em saúde pensadas para não intervir tanto nos modos de vida das comunidades |
|   | Valorização dos modos de vida locais e mecanismos de transmissão cultural das comunidades. Dar estrutura para o que as comunidades já fazem.           |
|   | Busca ativa para os repasses para a sociedade civil, sem a perspectiva de concorrência.  |



|   |  |
|---|--|
| Educação quilombola funcione de acordo com as próprias vivências.<br>Luta por professores quilombolas.  |  |
| Editais não contemplam a todos.<br>Falta de repostas do poder público.  | Poder público precisa ir aos territórios.  |
|   | Transmissão de saberes ancestrais para as crianças. Ensino às crianças sobre cultura, preservação do meio ambiente.  |
|   | Pagamento de seguro para agricultores, como o seguro defeso.   |
|   | Anciãos como instrutores junto às instituições de ensino superior.   |
|   | Os recursos atualmente são utilizados para eventos da comunidade.<br><br>Estruturar locais para uso comunitário.<br><br>Articular políticas de cultura, saúde, educação, reforma agrária |
|   | Apoio financeiro para comunidades quilombolas durante a pandemia, decidido a partir de decisão conjunta.   |
| <p>Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática</p> <p><b>Perguntas geradoras:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais as ameaças enfrentadas pelas comunidades quilombolas diante da emergência climática no território?</li> <li>2. Como e quais mecanismos podem ser criados para adaptação climática para preservação dos bens culturais?</li> </ol> |  |
| <b>Desafios</b>   | <b>Oportunidades</b>   |
| Desaparecimento de alimentos e sistemas agrícolas.<br>Processos de desertificação, alagamentos, uso de veneno próximos a áreas de cultivo quilombola.   | Proteção dos sistemas agrícolas tradicionais quilombolas   |
| Perdas de territórios e perdas culturais.<br>Conflitos com empresas no  |  |

|  |  |
|--|--|
| <p>licenciamento, que impactam em territórios tradicionais.</p> <p>Perdas de patrimônios culturais em decorrência de fenômenos naturais, mas que foram provocados.</p> <p>Uso do fogo na Amazônia, que em alguma medida é patrimônio. Como lidar com os incêndios que geram problemas.</p> <p>Pensar no racismo ambiental, em empreendimentos que desalojam pessoas.</p> |  |
|  | <p>Uso das técnicas construtivas tradicionais (uso da pedra, taipa) que atuam no enfrentamento das emergências climáticas.</p> <p>Escuta das comunidades em projetos de habitação.</p> |
| <p>Falta de espaço para plantio em territórios tradicionais.</p> <p>Trâmites longos para a posse de terras que eram tradicionalmente da comunidade.</p> <p>Quilombolas precisam ter a vivência nos quilombos.</p>  | <p>Habitação para descendentes de Tia Eva.</p> <p>Atestado para pessoas quilombola para ter acesso a unidades habitacionais.</p>   |
| <p>Quilombolas não querem ser invadidos. Comunidades são fonte de pesquisa, mas o resultado nem sempre é a verdade sobre as comunidades.</p>   |  |
| <p>Estado deve estar presente nos territórios.</p> <p>Comunidades que não conseguem escoar sua produção, precisam pagar pedágios na rodovia, não tem acesso à água.</p> <p>Empreendimentos que impactam as comunidades, com estudos sem olhar sistêmico e sem diálogo com as</p>   | <p>Carta de comunidade para pautar os estudos de licenciamento (*processo SEI)</p>   |

[illegible]